

Conhecimento, trabalho e escravidão da diáspora Africana no Brasil em diálogos com Alberto da Costa e Silva**Knowledge, work and slavery of the African diaspora in Brazil in dialogues with Alberto da Costa and Silva**

DOI:10.34117/bjdv5n9-021

Recebimento dos originais: 12/08/2019

Aceitação para publicação: 05/09/2019

Flavia Alves Santos

Doutoranda em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa

Instituição: Universidade Federal de Viçosa/MG

Endereço: Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa. Av. Purdue, s/n, Campus Universitário. Edifício Edson Potsch Magalhaes, Viçosa – MG, Brasil

E-mail: as.flavia@yahoo.fr

Ana Louise de Carvalho Fiúza

Pós-doutorado no Centro de Investigações em Ciências Sociais

Instituição: Universidade Federal de Viçosa/MG

Endereço: Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa. Av. Purdue, s/n, Campus Universitário. Edifício Edson Potsch Magalhaes, Viçosa – MG, Brasil

E-mail: lousefiuza@gmail.com

Carlos Ernesto Schaefer

PhD em Soil Science pela University of Reading, Inglaterra

Instituição: Universidade Federal de Viçosa/MG

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Solos. Av P.H. Rolfs sn. Centro- Vicoso, MG - Brasil

E-mail: carlos.schaefer@ufv.br

RESUMO

Através da discussão das obras do africanista Alberto da Costa e Silva busca-se ampliar o diálogo a respeito das interações, miscigenações e possíveis traduções resultantes do contato dos povos africanos no Brasil, quando da sua colonização e formação. Utiliza-se as concepções de hibridismo cultural, colonialidade e modernidade conjugadas às obras analisadas: “A Enxada e a Lança” e “A Manilha e o Libambo”, além de uma entrevista realizada em Setembro 2017 com o autor. Objetivou-se compreender como a absorção dos conhecimentos africanos podem ser entendidos através do discurso de colonialidade. Concluiu-se que as formas sociais de subjugação dos negros no Brasil podiam ser relativizadas, desde que fossem “embranchados” socialmente, reforçando o discurso de colonialidade.

Palavras-chaves: colonialidade, mestiçagem, hibridismo, africanos.

ABSTRACT

Through the discussion of the works of the africanist Alberto da Costa e Silva, this article aims to broaden the dialogue on the interactions, miscegenation and possible translations resulting from the contact of African peoples in Brazil, at the time of its colonisation and formation. We use the conceptions of cultural hybridism, colonialism and modernity, combined with the works analyzed: “A Enxada e a Lança” and “A Manilha e o Libambo”, in addition to an interview held in September 2017 with the author. The aim was to understand how the absorption of African knowledge could be understood through the discourse of colonialism. It was concluded that the social forms of subjugation of blacks in Brazil could be relativized, since they were “whitened” socially, reinforcing the discourse of colonialism.

Keywords: colonialism, miscegenation, hybridism, africans.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca através da discussão das obras de Alberto da Costa e Silva (ACS) ampliar as reflexões e diálogo a respeito da dinâmica de interações, miscigenações e outros processos resultantes do contato dos povos africanos de origens distintas, no Brasil, quando da sua diáspora e formação nas terras brasileiras. Na análise das obras do referido autor, utilizou-se das concepções de hibridismo cultural discutida por Bhabha (1998), e de colonialidade e modernidade, abordadas por Quijano (2005) e Mignolo (2017). Analisa-se, basicamente, neste artigo, duas das principais obras de Alberto da Costa e Silva: “A Enxada e a Lança” e “A Manilha e o Libambo”.

Para complementar as ideias abordadas por Costa e Silva, foi realizada uma entrevista com o historiador, em Setembro de 2017. Trechos desta entrevista foram cotejados junto às obras escritas, a fim de aprofundar certos aspectos que pretendemos destacar. Através das concepções de hibridismo, tenta-se entender como as expertises de matriz africana foram utilizadas ou incorporadas na sociedade colonial brasileira, à partir da diáspora. À partir das referências do colonialismo e modernidade, buscou-se desvendar como estes conhecimentos e experiências da matriz diaspórica de povos africanos eram percebidos e socialmente absorvidos no Brasil.

ACS além de historiador africanista foi diplomata e, atualmente, é membro da Academia Brasileira de Letras, tendo sido condecorado nacional e internacionalmente por sua extensa literatura africanista. Nos livros acima citados, o autor recorre a informações pesquisadas em inúmeros arquivos históricos, conjugando-as com as suas próprias experiências de vida no continente africano. São obras densas e elaboradas, que apresentam um rico acervo acerca dos povos, costumes, organização social e política do continente

africano em dois momentos cronológicos. O primeiro livro, *A Enxada e a Lança*, trata da África negra subsaariana antes do contato com os europeus, explorando com riqueza de detalhes e informações as peculiaridades sociais, econômicas e políticas do subcontinente negro. *A Manilha e o Libambo* da continuidade sequencial, abordando o período inicial da diáspora, entre 1500 e 1700, ou seja, após intenso contato dos povos negros com os portugueses e outros europeus, enfatizando as relações sociais, econômicas e comerciais que passaram a moldar a história deste continente.

Ambas as obras oferecem um rico acervo de informações coligidas para conhecimento da escravidão como instituição na África. Os capítulos dos dois volumes são divididos por critérios geográficos e cronológicos, onde o autor revela o quadro da influência da escravidão na história na África. A África negra é retratada como um extenso território, rico em conhecimentos e técnicas laborais bem adaptadas ao trópico, capazes de erigir sociedades complexas, com elevados padrões de riquezas para o período em questão. A partir da diáspora, muitos destes conhecimentos e técnicas foram transferidos, absorvidos e utilizados nas Américas dentro do processo de escravização dos povos africanos, contribuindo com a formação e desenvolvimento de novas sociedades.

Quijano (2007) explicita uma relação de dominação política, social e cultural estabelecida pelos europeus para conquista de continentes como a África. Essa relação específica de colonialismo eurocêntrico, assim por ele nominado, teria como uma de suas perversas consequências a subjugação dos povos africanos, portadores de conhecimentos tradicionais e capacidades não reconhecidos e negligenciados pela desumanização do negro e perda de identidade. A partir desta ideia de subjugo, pode-se refletir como se deu a contribuição laboral dos povos africanos na diáspora brasileira, onde os grandes ciclos econômicos foram baseados em atividades já conhecidas e executadas com maestria na África, tais que a agricultura, pecuária e a mineração.

Os fatos e ideias apresentadas por ACS a respeito da África, Portugal e Brasil, dialogam e ressaltam a concepção de mistura, encontro, miscigenação e formação de um novo tecido social. Aproxima-se assim do conceito de hibridismo cultural, que, se baseia justamente na noção de fluxo, de coexistência, quando do contato entre grupos culturalmente distintos, concepções amplamente vinculadas às questões relativas a trocas culturais. Neste sentido, Bhabha (1998) afirma que processos de hibridização configuram identidades que são uma síntese de produções culturais distintas, que existem no “in-between”, como resultado de uma

mistura, não sendo simplesmente lançadas por uns, nem tampouco plenamente recebidas por outros.

Tal questão a respeito da mistura de culturas, traz a reflexão de como se dá esta disputa de poderes ou de identidades num processo de colonialismo, onde uma estrutura colonial específica de poder se sobrepõe à uma estrutura dominada, subjugando-a (Quijano, 2007), mas não eliminando sua constituição de fundo.

Seyferth (2011) afirma que a diferença cultural advinda do contato entre povos distintos pode fundar novas identidades. Contudo, sabe-se que novas identidades não surgem sem conflito, especialmente num processo de dominação opressora, onde a imposição de uma cultura dita “evoluída” tende a legitimar este processo, desfavorecendo ou diminuindo a importância do dominado (Quijano, 2005). Então, é lícito se perguntar como é possível o processo de hibridismo se existe a dominação cultural do opressor. Como se dá o processo de montagem e fundação do novo, do híbrido, em processos de dominação; ou como discorremos a seguir, de colonialismo.

Em nossa leitura, sociedades tropicais com amplo repertório técnico e econômico, foram aqui introduzidas com todos os seus saberes e tradições, ainda que o sistema impusesse, à princípio, uma desumanização e perda de identidade do sujeito africano.

A interconexão cultural constitui tema de reflexão há longa data, tendo sido tratada por várias áreas do conhecimento: antropologia, sociologia, biologia, artes, dentre outras. Contudo, não há qualquer consenso a respeito da concepção de miscigenação cultural, tampouco sobre o próprio conceito de cultura. Hibridismo, aculturação, fluxo, criolização, sincretismo, terceira cultura, são termos que têm sido empregados para abordar a ideia de troca, mistura, ou montagem entre culturas distintas (Canclini, 1997; Hannerz, 1997). O conceito de hibridismo pode, mesmo que em meio às diversas concepções existentes, ser utilizado para caracterizar processos de absorção e tradução do conhecimento. No caso específico em questão, aquele trazido pela diáspora africana, dos povos negros escravizados para o Brasil. A questão que se coloca no presente estudo é como esse conhecimento foi absorvido e percebido na América portuguesa, em um contexto de disputa de forças e dominação racial, numa sociedade instaurada como escravocrata, opressora, exploradora dos direitos fundamentais do sujeito negro.

Disputas e hegemonias presentes no tema do hibridismo, quando do contato entre culturas distintas, podem ser analisadas através da concepção de colonialidade. Quijano (2005) elabora a ideia de colonialidade a partir da experiência da colonização das Américas, dentro

de um contexto de economia global capitalista, iniciado no século XVI. Assis (2014) e Quijano (2005) chamam a atenção para a questão da hegemonia e do eurocentrismo presentes neste processo. Já Mignolo (2017) vem trabalhando, desde os anos 90, a ideia de associação da colonialidade com a modernidade, ressaltando que esta se constrói com base em um discurso que legitima a supremacia civilizatória branca do europeu. Para este autor, “não há modernidade sem colonialidade” (Mignolo, 2017, p.2). No contexto de expansão colonial europeia percebe-se a dominação do branco em um processo múltiplo de colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2005; Maldonado-Torres, 2007; Assis, 2014), que se pretende moderno.

Quanto à associação feita entre colonialidade e modernidade, Maldonado-Torres (2007, p.131) distingue colonialidade de colonialismo, definindo este como “uma relação política e econômica na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo que assim se constitui em um império”. Já “a colonialidade se referiria a um padrão de poder que emergiu como resultado de colonialismo...e se estruturaria através do mercado capitalista mundial e da ideia de raças” superiores e inferiores. Estas formas de dominação que dizem respeito à exploração e dominação, instauram regimes de pensamento, que subordinam a visão de mundo dos colonizados (Quijano, 2007). Nesse jogo de forças e dominações, a miscigenação faz-se presente, contudo, colocando o dominador como superior, e legitimando-o como responsável pelo desenvolvimento e modernização do novo território, sem reconhecer a alteridade do outro sujeito, subjugado. Para Fernandes (2007) este lado da miscigenação pode ser considerado perverso, pois, se por um lado, permite uma maior integração de uma minoria subjugada e avassalada, por outro, assegura a perpetuação do grupo dominante através da manutenção do equilíbrio das relações raciais.

Quijano (2005) corrobora com Maldonado-Torres (2007) quanto à definição de colonialidade, referindo-se a este processo como um campo de forças dentro do qual tem lugar a constituição de um padrão de poder em que a ideia de raça e o racismo se constroem como princípios organizadores da acumulação do capital em escala mundial. Dentro deste sistema-mundo moderno/colonial, cuja formação iniciou-se com o “encubrimiento del otro” (Dussel, 1994, p.66) nas Américas e com a escravização da população africana. A diferença entre conquistadores e conquistados foi então codificada a partir da ideia de raça. Esta ideia descreve bem o cenário da colonização brasileira e suas repercussões sociais embasadas em questões de raça e subjugação. Para Fernandes (2007), a sociedade colonial foi montada para o branco, e o negro foi exposto a uma negação individual coletiva, para moldar um novo tecido social

que se organiza para assegurar privilégios à raça dominante. Neste tecido, o negro permanece condenado a uma condição de exclusão, sem reconhecê-lo como plenamente humano, e menos ainda como igual.

Quijano (2005), assume a raça como marco de classificação social, onde operam outras relações sociais, acarretando na separação rígida entre uma elite branca (ou branqueada) e uma massa não branca, vinculada ao trabalho manual precário, demandante e marginal. Esta divisão racista e exploradora do trabalho impôs repercussões diretas nas possibilidades de mobilidade social dos negros, além de sustentar a sua situação de dependência dos brancos. Essas relações sociais serão decisivas quanto ao lugar dos não brancos no mundo do trabalho, e vão influenciar nas oportunidades de conquistar prestígio social.

As relações entre raça/etnia e classificação social tem sido estudadas há longa data na América Latina. Estes estudos variaram desde teorias raciais de superioridade da raça branca, e da mistura de raças como causa de atraso e empecilho ao desenvolvimento, que colocava o negro e outros não brancos em um lugar social de inferioridade e incapacidade, como aquelas apresentas por Rodrigues (1982) , até as mais recentes discussões do negro como ator social ativo, não conivente com o sistema escravista, e em busca de ascensão social através de meios diversos como trabalhos, redes de sociabilidade, ou honrarias (Guedes, 2008; Andrade, 2014).

Até os atuais avanços nos estudos de relação entre classe e cor da pele, as teorias raciais de superioridade da raça branca, e da mistura de raças como causa de atraso e empecilho ao desenvolvimento, vigoraram de forma a enrijecer e cristalizar uma cultura de racismo que se tornou naturalizada no Brasil. Este pensamento colocava o negro e outros não brancos em um lugar social de inferioridade e incapacidade, psíquica e moral. Aos fins dos oitocentos, acreditava-se que a entrada maciça de imigrantes europeus no Brasil embranqueceria a população, extinguindo a cor que impediria o desenvolvimento e avanço do país (Costa, 2006).

A diáspora africana no Brasil é diretamente associada ao eurocentrismo e pela questão racial desde sua origem, e as consequências deste fato influenciaram decisivamente na formação do tecido social do país. A cor da pele serviu de início como marca e justificativa para a dominação, e, ao fim da escravidão, tal a estratificação racial engendrada e herdada teve continuidade e desdobramentos (Fernandes, 2007). O tráfico transatlântico e a diáspora criaram um novo mercado de produto (humano) que cresceu por séculos, e cujas repercussões foram não somente econômicas, mas, também, sociais. Pode-se dizer que essas repercussões afetaram negativamente a organização social, política e econômica de alguns povos africanos, por os fazerem dependentes da economia e instabilidade Atlântica (Alfagali, 2017).

Contudo, no início das negociações e consolidação deste mercado, reis e comerciantes africanos não eram necessariamente subjugados ou inferiorizados pelos portugueses. Neste contexto, ao tratar da relação de portugueses e africanos na África, nos séculos XIV e XV, ACS revelou através das fontes documentais, que o contexto de tais interações foi marcado por uma base social, econômica, política e ambiental bem estabelecida. Contudo, o autor chama a atenção para o fato de não poder se generalizar as realidades relativas ao continente africano, à partir da lente europeia, em função das particularidades socioeconômicas e ambientais nele existentes. Segundo ACS, no século XV, muitas regiões da África já praticavam escravização humana, atribuindo-lhes valor como produto e os utilizando como moeda de poder. Contudo, Alfagali (2017), destaca a diferença do mercado de escravos do Atlântico em relação àquele existente no Continente Africano, onde as capturas eram eventuais, feitas através de raptos e guerras, contrastando com a lógica mercantilista europeia.

Para Quijano (2007, p.169), a dominação europeia gerou uma estrutura colonial de poder, através da qual os povos dos países explorados foram organizados e categorizados por “raças, etnias ou nações”, a partir da conquista das Américas. Como negros e índios eram considerados racialmente inferiores, estes ficavam condenados à condição de inferiores, à espera da salvação dos europeus.

Se, por um lado, o colonialismo era resultado de uma repressão sistemática de idéias, símbolos, práticas, ou qualquer outro aspecto que não fosse útil ao colonizador, por outro, ele paradoxalmente expropriava do colonizado seus conhecimentos na mineração, agricultura, engenharias, assim como os produtos dessas atividades (Medeiros, 2009). O africanista ACS aponta nos seus relatos minuciosos, diferentes regiões do continente africano e seus respectivos contextos sociais, político e econômicos. Observando as atividades em que esses povos escravizados da diáspora desempenharam no Brasil, é perceptível a apropriação de conhecimentos técnicos dos quais eram detentores, em benefício da elite branca.

Nas obras de ACS torna-se compreensível que conhecimentos técnicos africanos nas atividades agrícolas e da mineração puderam ser traduzidas e utilizadas pelos negros em suas atividades econômicas no Brasil, num possível processo de hibridismo. E ainda, como essa apropriação de conhecimentos se revela numa relação de poder e dominação, favorecendo ou prejudicando as relações de um grupo social oprimido desde a diáspora Atlântica.

No tópico que se segue, técnicas e conhecimentos utilizados na África antes do contato com os europeus serão trazidos à luz à partir dos relatos de falas de ACS. Espera-se assim, evidenciar um acervo de técnicas dos relatos africanas anteriores à dominação e hegemonia

do europeu. Posteriormente, serão apresentados relatos referentes ao contato entre portugueses, africanos e brasileiros, apontando para possíveis casos de hibridismo, permitindo desvelar as consequências das relações de poder decorrentes deste contato.

2. TÉCNICAS E PRÁTICAS LABORAIS EXISTENTES NA ÁFRICA ANTERIORES À COLONIZAÇÃO EUROPEIA.

A pesquisa relativa aos conhecimentos, práticas e técnicas laborais dominados pelos diferentes grupos africanos antes da sua escravização nas Américas (ver Quadro 1) pode favorecer a compreensão de como num processo de hibridismo, as identidades não são simplesmente lançadas por uns, nem tampouco plenamente recebidas por outros, como defendido por Bhabha (1998).

Na obra “A Enxada e a Lança”, ACS descreve, particularmente, os modos de produção e comércio, a organização social, as questões religiosas, entre outros aspectos da história africana, nos séculos XIV e XV. O autor relata a existência da escravidão no continente africano, mesmo antes da chegada dos europeus, destacando, entretanto, as alterações ocorridas quando do contato com estes. Ao abordar a relação interna dos africanos com o comércio humano, ACS descreve o cenário social da escravização na África, e caracteriza as guerras como fonte de fornecimento dos escravos para a aquisição e tráfico (Costa e Silva, 1996, cap. 25; Costa e Silva 2002, p.81).

Vale reforçar, como notado por Meillassoux (1995), a diversidade de situações que a noção de escravidão abrange, lembrando aqui novamente as diferenças na concepção do termo entendida na África e em outros continentes. A escravidão na África se diferenciava não somente pela lógica não-mercantil, mas também nas formas de tratamento e trabalhos dispensados aos escravos. Na África formas diferenciadas de escravidão coexistiam, desde a escravidão doméstica ou de parentesco, presentes na Alta Guiné, até outras formas mais desenvolvidas como aquelas praticadas através de caravanas pelo Saara, movimentando um comércio à distância (Costa e Silva, 2002). Vale também ressaltar o conceito racista da escravidão, que passa a tomar força com o caráter mercantil do tráfico transatlântico, auxiliando ideologicamente, o transporte de negros para a América.

LOCAL	TÉCNICA OU PRÁTICA
Benin	Manufatura de cobre e ferro
Atual deserto do Saara	Fundição do cobre
	Corte sistemático de árvores
África subsaariana	Trabalho com metais: extração e fundição de minério em fornalhas de carvão vegetal; moldagem do minério
	Escavação de poços e depósitos para águas das chuvas
	Manufatura do couro, tecidos e madeira
Chade, Nigéria, Sudão	Mineração e metalurgia
Somália, Etiópia	Pesca
Mali	Agricultura com uso de machados, enxadadas e foices de ferro
Gana	Pecuária
Gâmbia, Senegal, Mali, Guiné-Bissau	Produção de sal
Núbia	Comércio de escravos
Norte Etiópia	Atividade pastoril (criação de bois, cabras, ovelhas, cavalos e camelos)
África ocidental (Senegal à Angola)	Seleção e manipulação de culturas de plantas; policultura
	Molde e cozimento do barro
	Escultura em madeira
	Técnicas de pousios longos em terras extensas
Chade	Construções civis adaptadas às depressões do terreno
África Oriental	Técnicas de plantio em terraços

Norte Etiópia	Represamento de águas e técnicas de irrigação artificial
Angola e baixo Zaire	Tecelagem
	Fabricação de armamentos

Quadro 1: TÉCNICAS E PRÁTICAS UTILIZADAS NA ÁFRICA, ANTERIORES AO SÉC. XV

Fonte: Elaboração dos autores a partir de informações do livro *A Enxada e a Lança*, de Alberto da Costa e Silva.

Nota-se, então, um impacto e um cenário de movimentação que o escravismo já causava em algumas regiões africanas, mesmo antes da chegada dos europeus e do comércio negroiro transatlântico que resultou na diáspora. Diversas passagens de ACS mostram a utilização de escravos para a construção de reinos na chamada Costa do Ouro (atual região de Gana), no século XV. Os escravos locais eram, então, utilizados na própria África para o desbravamento de matas em busca de ouro, no desenvolvimento da agricultura e, também, no próprio comércio de produtos e artigos como marfim, tecidos e vidro. Alberto da Costa e Silva destaca diferentes tipos de relações sociais entre povos africanos, e a competência e desenvoltura destes na atividade comercial, inclusive, no comércio de indivíduos capturados na luta entre povos rivais (Costa e Silva, 2002, p. 195-218).

O Benim, na costa oeste da África, durante os quinhentos, constituiu-se em ponto propício ao encontro de mercadores e mercancia onde cruzavam produtos e mercadorias do interior para o litoral, e vice-versa. A região transformou-se em um notável empório de produtos, tais como o cobre e o inhame. Comprando e vendendo o que outros produziam no interior, com o tempo, o comércio tornou-se a principal atividade do Benim. Para facilitar as trocas, utilizava-se de barras, arames e manilhas de cobre, ou mesmo pedaços de ferro, como moeda de troca (Costa e Silva, 1996, cap.22). Observa-se, assim, na África, no Séc. XV, a existência de processos manufatureiros de bens minerais, de fabrico e de cultivo de produtos agrícolas, resultando no desenvolvimento de um comércio local diversificado.

Contudo, o processo comercial era bem mais antigo. Nos arredores do Saara, achados arqueológicos mostram a variedade de trocas e comércio existentes, alguns séculos antes de Cristo: peles, marfim, ovos, plumas de avestruz, e cobre com vestígios de fundição, o que já apontava para conhecimentos relativos à metalurgia. A perícia e excelência no trabalho com os metais pelo povo Banto por volta do século XIV é igualmente relatada por ACS em seus

livros, relacionando esses povos ao trabalho minerador. O autor cita a extração do minério em minas profundas, a fundição do metal em fornalhas de carvão vegetal e a moldagem, como etapas da metalurgia já dominada pelos Bantos, no século IV. Ou seja, os negros africanos oriundos de regiões onde tais conhecimentos técnicos eram correntes, já eram portadores de uma expertise laboral que os permitia diferenciar-se de outros negros africanos, levados na diáspora ao Brasil, a partir do século XVI. (Costa e Silva, 1996. cap.1)

ACS descreve registros arqueológicos que demonstram ter existido culturas antigas da África, datadas desde mil anos antes de Cristo, com destreza na metalurgia do ferro e do estanho, encontrados em abundância em certas localidades. Datam deste período o uso do machado de ferro nessa sociedade. Acredita-se que a existência e abundância de minérios de ferro superficiais nos solos, que não necessitava altas temperaturas para sua fundição, tenha facilitado e favorecido o domínio da técnica de trabalho com este metal, o que seria facilmente reproduzido no Brasil pelos negros da diáspora, detentores dessa técnica.

Embora para alguns grupos e sociedades a mineração e a metalurgia tenham se constituído nas principais atividades econômicas desenvolvidas, (como para os Hauçás, nas proximidades do Lago Chade, na Nigéria e no Sudão), diversas outras atividades especializadas eram praticadas por outros grupos, como a pesca (pelos Xunguaia, nas proximidades do Rio Juba), a agricultura (em Loango ou no Mali), a pecuária (pelos Fulas, em Tacrur) e a produção de sal (no Gâmbia, no Senegal, em Mali e na Guiné-Bissau), além do próprio comércio de escravos (como na Núbia) (Costa e Silva, 1996. cap.1). Tal diversidade de atividades econômicas existentes na África desde muito favorecia a troca e comércio entre sociedades, muitas vezes rivais, embora complementares.

A África é muito complexa, vasta e heterogênea. ACS chama a atenção para a necessidade de se considerar a diversidade climática, geográfica, econômica e cultural do continente africano. Em “A Enxada e a Lança” (Costa e Silva, 1996, cap.1), ele ressalta que as distâncias e o relativo isolamento do sub continente negro não impediu, de todo, o comércio entre povos distintos. O encontro entre grupos, por vezes rivais, aumentava a possibilidade de inovações e hibridismo de técnicas, que contribuía para a sobrevivência destes povos. Segundo o autor, o encontro de grupos subsaarianos, acrescentaram novas técnicas de expertise de pesca, uso de plantas, utensílios de trabalho, técnicas de cerâmica, e até mesmo construções, além da incorporação do ferro em ferramentas de trabalho.

O domínio da metalurgia é assunto que sempre perpassa os relatos do autor a respeito das antigas sociedades africanas, assinalando as implicações deste conhecimento para avanços na

agricultura desde um milênio antes de Cristo. Dentre as diversas hipóteses e especulações existentes, ACS defende a ideia consensual de que o domínio da fundição do ferro na África subsaariana criou e desenvolveu uma tecnologia própria, autônoma, bem diferente da euroasiana. Segundo as interpretações do autor, o conhecimento e manejo do ferro por vários povos africanos, tornou possível o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas pela aquisição e uso de machados, enxadas e foices de ferro, adaptados à realidade tropical. Na agricultura, diversos cultivos foram potencializados e desenvolvidos nas regiões do atual Saara e na Nigéria: sorgo, milhete, inhame, dendê, abóbora. Para Alberto Costa e Silva os portugueses atentaram-se para estas técnicas de cultivo dominadas por alguns povos africanos, tendo percebido possibilidades de aproveitamento de novos alimentos:

“Os portugueses andavam pela costa da África prestando atenção, nos séculos XV e XVI, nos vegetais que estavam sendo cultivados. Então eles estavam mais interessados em saber como era o quiabo, como era o maxixe, como era o jiló. Mesmo porque eles não tinham como observar muito essas coisas, porque sendo quase sempre hóspedes, e já que hóspedes não podem manifestar excessiva curiosidade, poderiam virar espiões” (Trecho retirado da entrevista realizada em 17/09/2017)

Alguns povos africanos avançaram, muito anteriormente aos próprios europeus, da condição de coletor, caçador, dominando o cultivo de plantas e transformando a paisagem com os seus plantios e abrigos, manipulando culturas com o conhecimento adquirido através da seleção das melhores plantas, desenvolvendo condições mais favoráveis à sua sobrevivência e impondo os seus hábitos e práticas em seu local de vida. Onde hoje se observa o grande deserto do Saara, por exemplo, existiram extensas áreas de corte sistemático de árvores para lenha, coivaras, além da atividade pastoril, que deixaram os registros de sua existência. Amplos roçados, pastoreio de gado, molde e cozimento do barro e as esculturas em madeira foram algumas das habilidades técnicas que marcaram várias regiões da África muito antes da diáspora pelo tráfico transatlântico de escravos.

A prática da policultura na agricultura africana é destacada por ACS, ao descrever a variedade de plantas cultivadas pelos africanos, em um mesmo local. Segundo o autor, o africano lidava com terras extensas em pousios longos, sem cercas delimitadas, como na Europa. Neste grande espaço, quanto maior a variedade de cultivos, maior a possibilidade de garantia da subsistência, pelo risco climático variável entre plantas diferentes. Neste sentido, a adoção da mandioca (“cassava”) como principal cultivo na produção de amido e energia na

África, após sua chegada do Brasil, proporcionou uma verdadeira revolução alimentar: menos dependente de fertilidade que o milhete e o inhame, ganhou terreno até tornar-se a principal fonte de alimento em toda África Negra.

A heterogeneidade ambiental do continente africano gerava grande diversidade de condições, e modos de vida para os povos africanos, que buscavam alternativas adaptativas para lidar com tais condições. Na região do antigo Chade, aldeias se erguiam em elevações, distantes das terras baixas inundadas periodicamente, sujeitas à inundação anual. Observa-se, nesta região, técnicas de construção civil voltadas para corrigir as depressões do terreno, forjando habitações adaptadas a estes locais. Já a África Oriental tinha uma agricultura adiantada, em virtude do plantio em terraços, que tornava a agricultura mais produtiva e permanente, em solos vulcânicos, mais férteis. Nos locais de maior densidade demográfica, houve o desenvolvimento de técnicas de agricultura mais intensiva, como por exemplo, o plantio em níveis (Costa e Silva, 1996, cap. 1).

Registros encontrados no norte da atual Etiópia já indicam a existência, por volta de 1500 a. C., de povos (iemenitas) que praticavam a agricultura e atividades pastoris (criação de cabras, bois, ovelhas, cavalos e camelos). Enquanto isto, na Europa, só nos séculos XV e XVI a criação de gado vai se constituir em prática de maior domínio por parte dos camponeses (Duby, 1962). Os agricultores africanos já exerciam, desde um milênio antes de Cristo, técnicas aprimoradas como o uso de terraços nas encostas, represamento de águas e técnicas de irrigação artificial, à exemplo do Egito e da Núbia.

ACS afirma que antes mesmo da colonização europeia, canais de irrigação já eram cavados na África subsaariana, assim como poços, e depósitos para as águas das chuvas. A prosperidade agrícola desses locais era fundada no uso intensivo do regadio, e através de técnicas que não dependiam inteiramente das cheias do Nilo. O excedente das produções permitiam a especialização do trabalho e a proliferação de atividades manufatureiras com o couro, tecidos, madeiras e metais. Percebe-se neste momento as repercussões do aprimoramento de técnicas na resolução de problemas econômicos e/ou sociais. O avanço de técnicas como resposta a desafios encontrados por esses povos diante dos obstáculos agrícolas por exemplo, permitiu uma maior produção, que gerou um maior excedente, aumentando a disponibilidade destes produtos no comércio e até mesmo permitindo que eles dedicassem tempo e se especializassem em outras atividades, gerando novos produtos para este mercado, e estratificação social maior.

Segundo o autor, em Angola e no baixo Zaire, se criavam cabras, carneiros, jumentos e cavalos, sendo o couro trabalhado através da expertise de numerosos tecelões. Não sendo favorecidos pela agricultura, se desenvolvia nessas regiões armamentos fabricados por ferreiros, e o comércio de escravos. A guerra entre nações se constituía no caminho para o desenvolvimento econômico entre os reinos.

Por toda essa diversidade de conhecimento, tanto na metalurgia quanto nas técnicas agrícolas e relativas à pecuária, seria mais fidedigno se caracterizar o continente africano, desde tempos bem remotos, como um mosaico técnico/tecnológico de múltiplas estratégias de enfrentamento às limitações e ofertas do meio e dos recursos.

3. CONTATOS E MISTURAS: A CHEGADA DOS AFRICANOS AO BRASIL APÓS O SÉCULO XVI

Entre os séculos XVI e XVIII a escravização de povos africanos para as Américas povoou o novo continente com homens e mulheres detentores de conhecimentos técnicos na agricultura, metalurgia, atividades auríferas e extrativistas, que muito viriam servir à nascente colônia agrícola. Tais conhecimentos foram adquiridos em sociedades tropicais nas quais já havia uma estrutura comercial, administrativa, social e cultural que regia o “modus vivendi” coletivo. Apesar da familiaridade com as atividades exercidas, na condição de escravo e sem identidade reconhecida, no Brasil, o africano estava agora em um ambiente até certo ponto, culturalmente desenraizado. Longe de ser um processo pacífico ou natural, o contato entre diferentes culturas na diáspora africana foi violento e repleto de casos de resistência e luta, como destacam Cardoso (2008) e Cevasco (2006).

Num esquema simplificado, Macedo (1974), aponta três principais grupos africanos trazidos ao Brasil: o Sudanês (Iorubas ou Nagôs, Daomecianos, Fanti-Ashanti); o Sudanês Islamizado (Hauças, Tapas, Mandingas, Fulas) e o Banto (Angola, Congo, Moçambique). ACS afirma que mesmo sendo da mesma região, muitos destes escravos africanos não pertenciam ao mesmo grupo, sendo impossível definir a origem deles. Havia, assim, uma diversidade cultural e de conhecimentos que foi violentamente desterritorializada. O encontro forçado dos mais de dois milhões de africanos escravizados no Brasil foi marcado por perversas condições de vida. Segundo ACS:

“...o navio negreiro saía do Brasil com sua carga de tabaco, aguardente, espingarda, pólvora, tecidos da Índia... chegavam no porto africano e podiam encontrar cinco escravos, mas podiam chegar depois de uma guerra e encontrar 200 escravos. Se ele encontrasse 200

escravos, ele embarcava 200 escravos. Então vinham todos juntos. Chegando no Brasil, essas pessoas eram vendidas para as grandes fazendas. Os que iam para casas particulares iam sozinhos, mas os que iam pra fazenda, iam cinco, seis juntos.” (Trecho retirado da entrevista realizada em 17/09/2017)

As regiões da África de onde vinham os escravizados, muitas vezes estavam relacionadas com o tipo de atividade laboral que executariam no Brasil. O trabalho escravo na África era, então, utilizado na produção local, familiar e de subsistência, mas também na mineração, como artesãos, comerciantes, e outras funções. Como sujeitos escravizados, submetidos à perda identitária, e tidos como submissos e débeis, percebe-se na literatura a contradição dos relatos que revelam sua importância, bem como seus conhecimentos e especializações atribuídas para avanços econômicos. Confirmando a assertiva, vê-se que foi conferido a eles o desenvolvimento de muitas das atividades complexas e exigentes no Brasil colônia, como sugere Paiva (2012). Destes fatos pode-se depreender tanto a questão de um hibridismo de técnicas, já que se tratava de funções adaptadas ao ambiente brasileiro de uma origem já assentada nos trópicos, quanto a questão da suposta e assumida inferioridade racial presente no processo da colonialidade. Assim, apesar de executarem tarefas manuais igualmente executadas por homens brancos, e serem detentores de muitos conhecimentos técnicos por vezes desconhecidos pelos europeus, eram considerados socialmente inferiores. Tal contradição fica evidente na percepção de que eles, negros africanos da diáspora, foram capazes de engendrar sociedades isoladas e auto-suficientes no Brasil tropical: os temidos quilombos, enquanto os europeus dependiam totalmente de qualificações técnicas que não possuíam.

Neste contexto, é evidente que os escravos eram agentes ativos, não indivíduos passivos a participar ativamente do processo histórico no qual estavam inseridos, como indicam Kantor (1991) e Veras (2015). Como agentes, reinventaram uma trama social que produzia até certo ponto a distante África, reorientando uma nova forma de luta de classes, forma de luta de classes, que ia desde a aquisição de escravos quando liberto, até a compra ou luta por sua própria liberdade, revelando as contradições do sistema escravista.

Em outras palavras: embora fossem destituídos de direitos humanos básicos, a priori, eram revelados como detentores de atributos humanos e técnicas essenciais. Ou seja, estavam enquadrados socialmente como convenientes ao dominadores: tinham deveres, não direitos.

Na sociedade escravista, os negros trabalhavam frequentemente pela conquista de posições sociais mais altas, fortalecendo os mecanismo de mobilidade vertical daquela

sociedade. Porém, para além da possível mobilidade, era questão central a manutenção desses indivíduos estreitamente vinculados aos interesses e valores sociais dos brancos. Elaborou-se, e foi difundida a imagem cínica do “negro de alma branca”, que seria um protótipo do negro leal, devotado ao seu senhor e à ordem social existente em condições de viver como liberto. Pode-se dizer que tal mobilidade consentida limitou as possibilidades de ascensão àqueles indivíduos que “aceitavam” ou incorporavam o código moral e interesses da dominação senhorial, pois era questão a continuidade da estratificação racial engendrada pela escravidão (Fernandes, 2007). Mas passavam a ser senhores somente na aparência. A detenção de amplo acervo de conhecimentos africanos que podiam ser imediatamente aplicados ou utilizados no Brasil possibilitava a execução de trabalhos específicos que eram dominados exclusivamente por escravos ou por negros livres, sem que pudessem usufruir de tal especialização.

Para além das técnicas trazidas ao Brasil, ACS destaca as heranças culturais trazidas e introduzidas no seio da sociedade brasileira pelos africanos, em um contexto de encontro entre culturas, marcado pelo movimento de criolização, face à sua adaptação aos costumes brasileiros, em formação. As práticas e técnicas agrícolas ou metalúrgicas, assim como as formas de cultivo do solo, de preparo dos alimentos, dentre outras práticas, eram selecionadas de acordo com as necessidades da subsistência local, em um contexto predominantemente ruralizado. No nosso entender, a montagem da sociedade brasileira colonial é totalmente mediada pela criolização, já que o que se comia, era exclusivamente produzido pelos negros, nos dias livres que tinham para seu sustento e afazeres. Não é difícil comprovar tal processo até os dias de hoje, em nossa culinária regional, por todo Brasil. ACS afirma ainda, que a seleção destas práticas se faziam, também, dentro de um contexto de resistência, afirmando que ficaram aquelas práticas que os escravos africanos queriam que ficassem, reconhecendo-os igualmente como agentes sociais.

“Os africanos não eram bobos, mas inteligentes. Nós tendemos a acompanhar o pensamento do escravizador, pensando que o escravizado era um imbecil, que o africano escravizado era um tonto, que não tinha consciência social. Tudo isso é mentira. Eles tinham consciência própria do que estavam fazendo. Sempre que podiam conservavam, e conservavam o que podiam. Quando não podiam ou não interessava não conservavam. Assim, os africanos no Brasil, se abasileiraram, selecionando e adaptando às suas próprias práticas. As técnicas europeias modernas só entraram no Brasil, na I Guerra Mundial. Antes disso o que

havia era o que o português (rústico), e o camponês africano sábio em termos de adubagem e em termos de uso de instrumentos.” (Trecho retirado da entrevista realizada em 17/09/2017)

Essa possibilidade de escolha ou triagem por parte do escravo daquilo que prevalece, do pode ser misturado ou não, praticado ou não, encontra-se dentro de um campo de forças antagônicas. Aparentemente, era função do colonizador exercer o poder superior de escolha em relação àquilo que lhe parecia ser mais apropriado da cultura africana e indígena, mas cabia ao africano a práxis efetiva e duradoura. Deste campo de forças interculturalmente configurado, ficaram marcas na forma de preparação da terra, na produção dos alimentos e na própria forma de preparo e consumo dos mesmos. Bem como na marca do estigma da cor da pele, na inferiorização dos trabalhos manuais ou mecânicos, na exclusão social deixados pela colonialidade, que perdurou na estrutura da sociedade brasileira até os dias de hoje.

Segundo ACS “a comida baiana é 80% africana e 20% portuguesa. Durante anos dizia-se que feijoada era comida africana, mas a feijoada veio do norte de Portugal, é a favada. Só que lá eles fazem com feijão branco”. ACS chama a atenção, no entanto, para a dificuldade de se rastrear a real origem de várias técnicas, práticas e costumes que foram se desenvolvendo no Brasil, em função de tais práticas, costumes e técnicas encontrarem-se em um processo de invenção e reinvenção permanentes, num constante hibridismo:

“Há algumas coisas que são técnicas e que vieram de longe, como por exemplo o cultivo do açúcar, que todo mundo diz que veio da Ilha da Madeira. Não, veio de São Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe foi o primeiro lugar no mundo onde se fez a indústria do açúcar de forma completa. Na Madeira você tinha a usina de fazer açúcar e a plantação de cana. Em São Tomé e Príncipe se organizou pela primeira vez a indústria completa do açúcar, até o refino. Era africano, portanto. Foi essa linha de produção que veio para o Brasil. Foi uma linha de produção, portanto, apropriada da tradição árabe e reconstruída pelos portugueses com os africanos, em São Tomé e Príncipe. Da mesma forma, os cultivos da horta. Toda casa tinha sua horta. Era na horta que plantavam pimenta. Era na horta que se plantava o tomate. E você vai misturar o alho com os ingredientes africanos. Tudo misturou de uma maneira impressionante.” (Trecho retirado da entrevista realizada em 17/09/2017)

Em sua fala, o autor deixa clara a ideia de hibridismo de técnicas e conhecimentos, contudo a ideia de prevalência ou hegemonia do colonizador não parece tão clara em seu

discurso. Fernandes (2007) problematiza essa questão quando indaga a respeito das chances que teriam povos indígenas ou africanos de compartilhar as experiências históricas dos colonizadores. A este respeito, este autor considera a formação da sociedade brasileira a partir da elaboração da sociedade colonial que não foi produto da atividade isolada nem da vontade exclusiva do branco privilegiado e dominante. Contudo, a participação do negro nesta comunidade estava restrita à sua sujeição às condições de prevalência da “dominação branca”. Por isso, mesmo havendo uma grande representatividade da cultura africana na culinária mineira, tal fato não garantiu a mesma representatividade ou prestígio do negro na sociedade.

Nota-se também uma seleção de processos incorporados ou não neste processo de formação de uma nova identidade. Segundo ACS, alguns processos, quando são tidos como bons ou eficientes, andam mais depressa pelo continente que o homem. É o caso de diversos plantios que atravessaram o Atlântico, realizando este intercâmbio de conhecimentos e práticas, gerando a mestiçagem cultural e técnica hoje vivida no Brasil. Como exemplo da complexidade da história da origem dos vegetais, o historiador cita a mandioca, levada do Brasil para a África no início dos quinhentos e já completamente espalhada pela África nos seiscentos; a banana vinda da Índia para a África e misturada a outra variedade de espécies no Brasil; a difusão dos coqueiros pela costa brasileira, dentre outros. A fala de ACS deixa claro que, para ele, esta é uma história de seleção e preferência dos vegetais adaptados ao gosto, preferências e circunstâncias encontradas no Brasil, em face das quais os africanos tiveram evidente papel, fundamentalmente, em função do domínio técnico e a seleção das culturas e plantios no novo país, bem como por sua tropicalidade de excelência.

Além do intercâmbio de vegetais, também as técnicas e os instrumentos utilizados para cultivá-los foram igualmente trocados entre os continentes e adaptados quando necessário. Conta-nos ACS a respeito da enxada africana de cabo curto (usada pelas mulheres), substituída pela enxada de cabo longo (portuguesa, usada pelos homens), que melhor se adaptou ao trabalho agrícola no Brasil, onde homens e mulheres escravos se dedicavam igualmente à lida nas roças. Outros instrumentos de produção também estavam condicionados às novas condições ecológicas ou sociais encontradas no Brasil. Como os fornos africanos que faziam o trabalho de fundição a altíssimas temperaturas, mas eram pequenos, só sendo utilizados, inicialmente, para objetos pequenos, mas depois aperfeiçoados para as necessidades que se apresentaram no Brasil. Tal situação é ilustrada em um dos trechos concedidos em sua entrevista, quando o autor afirma:

“Temos o seguinte: o português não tinha ouro em Portugal, ou tinha muito pouco. Eles não dominavam as técnicas de abertura de poços e corredores subterrâneos e não sabiam batear os rios. Alguns sabiam, alguns poucos, mas não vieram para o Brasil. Geralmente vinham para ser comerciantes de ouro, contrabandistas, capatazes. Quem conhecia o ouro, o ferro, era o africano. Antes da descoberta do ouro nas Américas, quase todo o ouro que se usava para fazer moedas na Europa e nos países árabes era proveniente da África. Da região ocidental, da região de Bouré, do Gana, da África oriental da região de Sofala, do planalto central de Zimbábue. Era o ouro africano que atravessava o Saara, o Mar Vermelho e o Indico, produzido por africanos que sabiam produzir. O português não sabia. Praticamente todas as técnicas relacionadas à extração do ouro foram introduzidas por africanos.” (Trecho retirado da entrevista realizada em 17/09/2017)

Segundo Alberto Costa e Silva seria errôneo caracterizar todo o conhecimento de técnicas e práticas laborais trazidos pelos africanos para o Brasil, como sendo uma influência da cultura africana na cultura brasileira. Segundo o autor, o que os africanos fizeram no Brasil foi, de fato, serem coparticipes da formação deste país.

“Essa coisa de que o negro influenciou a vida brasileira está equivocado. O negro foi coparticipes, agente ativo, na formação do Brasil. Folclore, tradições, histórias tradicionais, determinadas técnicas, determinadas áreas que até é muito antiga, o negro está presente. Está presente como fundador, como cofundador, como coparticipes, e não apenas como influência. Influência é pouco. Era uma coparticipação.” (Trecho retirado da entrevista realizada em 17/09/2017)

Mesmo com todo este envolvimento retratado por ACS e as evidências que nos levam à enxergar a participação ativa do negro na formação da sociedade e da cultura brasileira, permaneceu entre os brasileiros paradoxalmente, a ideia de inferioridade do negro. A ideologia dominante do colonizador mostra, assim, a sua força. Como afirmado por Bernadino-Costa (2018, p. 123), “o privilégio do conhecimento de uns tem como corolário a negação do conhecimento de outros, da mesma forma que a afirmação da existência de uns tem como lado oculto a negação do direito à vida por parte dos outros”.

Tanto através da crença na superioridade do conhecimento científico, quanto pela crença religiosa, os ideais do colonizador prevaleceram. Mignolo (2017), ilustra bem tal

fato quando afirma que o viés teológico cristão marca a diferenciação entre cristão, judeus e mouros, e atrelado às questões de diferenciação racial atingem as Américas, diferenciando e inferiorizando indígenas e africanos. Os negros executaram, sobretudo, durante o período imperial no Brasil, atividades e técnicas que poderiam, numa sociedade não racista, lhes conferir autonomia e prestígio social. Dentro da escravatura, exatamente, buscavam possibilidades concretas de ascensão social. Contudo, o estigma da cor e da religião os colocavam sempre em posição inferior ao branco. ACS cita alguns exemplos da rotina laboral dos negros no Rio de Janeiro, através dos quais pode-se perceber a capacidade de sobrevivência e, mesmo, certa autonomia do escravo no Brasil, mas que tinham um caráter singular, individual, não sendo capaz de romper com o estigma enraizado da cor, do trabalho manual e da religião, que inferiorizavam o negro.

“Muitos dos escravos urbanos eram extremamente livres, dormiam em casa própria, se casavam, tinham filhos, e tinham obrigação de dar, de pagar, diariamente ou semanalmente ao senhor o valor do seu trabalho. Isso foi normal no Brasil.” (Trecho retirado da entrevista realizada em 17/09/2017)

Contudo, esta relativa autonomia de alguns negros, urbanizados, conhecedores de técnicas laborais e que trabalhavam no âmbito doméstico, não era capaz de atenuar a força opressora da ideologia e as práticas dominantes, que o inferiorizavam socialmente. Afinal, um escravo não deixa de carregar a sua cor, a sua crença e o estigma do trabalho manual (Guimaraes, 1988).

Os “escravos de ganho”, muito comuns nas Minas e que movimentavam parte da economia do lugar, assim como os mascates, que faziam vendas de porta em porta, as negras de tabuleiro, que vendiam quitutes, mesmo na condição de forros eram chamados de “vagabundos” ou “desclassificados”, por não terem uma atividade fixa (Souza, 1979, p. 91-140). Percebe-se, na historiografia brasileira, que negros forros, que negociavam constantemente com os brancos, mostrando as suas habilidades comerciais, mesmo que alcançassem um espaço e condições de vida diferenciadas, não conseguiam tornar estas habilidades reconhecidas e legitimadas socialmente. Estas atividades eram vistas socialmente, como de brancos e, portanto, estes negros deveriam ser embranquecidos para alcançarem algum prestígio ou reconhecimento (Guedes, 2006). Ainda assim, evidencia-se, que certas atividades laborais, que envolviam habilidades técnicas, comerciais e que exigiam confiança,

abriam possibilidades de espaços de diferenciação social para o negro no Brasil, com a condição de apagarem sua cor e suas origens. Fernandes (2007) chama este processo de “abrasileiramento”, definido como um processo sistemático de branqueamento dos negros.

Autores como Bonomo (2014) e Guedes (2006) retratam as oportunidades e estratégias utilizadas pelos negros, entre os séculos XVII e XIX, para conquistarem bens materiais diversos, se enriquecerem e se tornarem senhores de outros escravos, desfrutando de prestígio e ascensão social. Contudo, o que se percebe nestes relatos é que, geralmente, isto ficou circunscrito àqueles que se diferenciam socialmente por seus conhecimentos, habilidades técnicas e comerciais.

Considera-se importante a menção da complexidade desta sociedade, onde, entre brancos dominantes e escravos dominados existia uma enorme gama de indivíduos em diferentes condições sociais, como de brancos pobres ou negros em possibilidade de mobilidade social (Vasconcelos, 2009). Em fins do século XIX, segundo ACS, observa-se mais nitidamente, o processo de absorção social dos negros no Brasil. De geração em geração, os descendentes dos escravos perdiam a condição servil e eram, paulatinamente, assimilados à linhagem do dono, permanecendo, contudo a discriminação social em contextos mais amplos e genéricos, visto que ter sido escravo deixava marca indelével, que se transmitia de geração em geração (Costa e Silva, 1996).

Esta desigualdade social percebida e cultivada desde o início do processo de colonialidade no Brasil faz transparecer diversas facetas que constituíram a estratificação social neste país. Diante do exposto, desde a África anterior ao tráfico transatlântico e após o contato com os europeus, pode-se perceber alguns fatores atuantes na segregação racial no Brasil: 1) há uma dimensão histórica na desigualdade social (e racial) brasileira, que remonta ao período da diáspora; 2) além do contexto local, outras conexões (nacionais ou globais) se fizeram importantes no processo de subjugação do negro, considerando a triangulação comercial Europa, África, Brasil; 3) o critério de cor da pele é marcante numa escala de possibilidade de ascensão social baseada no trabalho, mas não é determinante.

Tais constatações corroboram com as análises de Costa (2012) sobre desigualdades e afrodescendentes na América Latina. Este autor explora as diversas variáveis que podem ser consideradas na investigação a respeito das desigualdades sociais na América Latina, fazendo um balanço dos diferentes debates sobre o tema.

Importante problemática é levantada na discussão de Costa, que corrobora com a idéia ou ideais de colonialidade: a mestiçagem. O autor considera uma ambivalência no discurso do

termo mestiçagem, onde, de um lado, os afrodescendentes são tidos como aliados dos europeus num discurso de civilização dos trópicos e desenvolvimento de identidades nacionais mestiças. Por outro lado, o discurso de inclusão de identidades mestiças implica numa renúncia da identidade afrodescendente, o que corrobora com o ideal hegemônico eurocêntrico e não reconhecimento das contribuições africanas no Brasil. O que prevalece no discurso de mestiçagem não é descendência ou origem africana, mas sim um prolongamento da civilização europeia nos trópicos. Logo, o conceito de hibridismo que aqui poderia se encaixar celebra uma tentativa de coexistência intercultural onde o não branco, majoritariamente, pode acabar por associar-se a uma posição de subordinação do negro.

Estas considerações a respeito da mestiçagem corroboram com aquelas de Fernandes (2007) a respeito da miscigenação, que podem igualmente ser compreendidas através do conceito de hibridismo abordado por Bhabha (1998). Logo, considera-se como sinônimos a mestiçagem, miscigenação e hibridismo, abordados neste trabalho para descrição do encontro multirracial observado no Brasil. A problematização da existência deste fenômeno na sociedade brasileira, apesar de amplamente discutida na literatura, permanece como óbice para a inserção social do negro na sociedade. As discussões de Florestan Fernandes, que irão analisar a condição social do negro já no século XX, remontam à escravidão para compreensão de uma democracia racial brasileira que resiste como legado daquele sistema, confirmando a importância de análises do passado para compreensão de questões sociais ainda presentes, duradouros.

De fato, a supremacia racial, hegemonia e prevalência de valores ou condutas sociais dos brancos, consequências da colonialidade, podem ser observadas muito cedo no Brasil, na infância da colônia. Desde então, permanece intocada, implicitamente, o locus da posição social que o negro pode ocupar nesta sociedade, quer seja pela subjugação dos valores e contribuições destes indivíduos quando da diáspora, quer seja pelo próprio hibridismo que se desenvolveu na formação do tecido social brasileiro, que o recoloca como agente inferior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se apreender através das pesquisas de ACS, que tarefas como a de manufaturar o couro e o algodão, fabricar contas de vidro, dominar práticas relativas à pecuária, à extração de sal, à produção agrícola, à extração e manipulação do ferro, do bronze, do cobre e do ouro, desenvolvidas na África, principalmente, em sua porção subsaariana, antes do século XV, quando em contato com o português e transportada ao Brasil a partir do século XVI, propiciou

a formação da sociedade e da cultura brasileira, nomeadamente, na colônia e no império. O contato com o português e transporte dos africanos ao Brasil a partir do século XVI, propicia encontro de saberes e técnicas que formam híbridos na execução das tarefas que vem a ser desenvolvidas no Brasil.

Os negros da diáspora africana trazidos para o Brasil não foram meros contribuintes na formação do Brasil, mas sim coparticipes das tradições, técnicas laborais, culinária e do próprio tecido social brasileiro. Contudo, a sobreposição da ideologia da colonialidade, manteve os conhecimentos e a participação dos negros desqualificada, socialmente, por ser, antes de tudo considerada como trabalho de escravo. Percebe-se a condição ou status de escravizado como prevalecente diante de outras atribuições que restam secundárias, como o domínio de conhecimentos e técnicas que puderam ser adaptados à realidade tropical brasileira. O escravo no Brasil, como em tantas outras sociedades escravocratas, foi considerado inferior e subjugado física e socialmente. Contudo, os relatos de ACS mostram, também, que as formas sociais de subjugação podem ser relativizadas através do reconhecimento das competências intelectuais, técnicas, comerciais, apresentadas pelos negros no território brasileiro.

Muitos negros, foram considerados “negros de alma branca”, contribuindo com a manutenção de uma estratificação social perversa, por os fazerem senhores somente na aparência, pois o que era mantido de fato eram as ideias e uma supremacia branca sustentada pela escravidão. A inferiorização social do ser negro estava, portanto, instituída, já que, de fato, estes que detinham competências técnicas eram embranquecidos socialmente. Aqueles negros que ocupavam postos de trabalho “diferenciados”, por exercerem funções e tarefas que envolviam habilidade técnica, comercial e a confiança do senhor, eram embranquecidos socialmente. A dominação europeia não era somente racial, exercia também influência no imaginário do colonizado, que se via em busca do ideal branco. Assim, depreende-se que entre os negros haviam formas diferenciadas de subjugação social: aqueles que exerciam funções e tarefas que envolviam a confiança do senhor no seu trabalho, eram embranquecidos socialmente. Já os demais, que exerciam as atividades manuais tinham na cor a sentença de sua inferioridade social.

Com essa discussão, abre-se o debate para outros questionamentos como aqueles abordados por Medeiros (2009) ou Bernadino-Costa (2018), onde urge a necessidade de um “giro decolonial”, como resistência à colonialidade do poder, do ser e do saber, num diálogo com aqueles que experienciam o “lado escuro” da modernidade eurocentrada.

REFERÊNCIAS

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. Uma historia de Benguela na Economia do Atlântico Sul. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 34, p.202-206, Jan/Abr. 2017.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v.72, p.613-627, Set/Dez.2017.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. *Revista Sociedade e Estado*, v.1, p.119–137, Janeiro/Abril. 2018

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: _____. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, EDUSP. 1997. p.283-350.

CARDOSO, João Batista. Hibridismo cultural na América Latina. *Itinerários*, Araraquara, 27: 79-90, Julho/Dezembro.2008.

CEVASCO, Maria Elisa. Hibridismo cultural e globalização. *ArtCultura*, Uberlândia, v.12, p.131–138. 2003.

COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1996a. 952p.

COSTA E SILVA, Alberto. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão de 1500 à 1700*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/ Fundação Biblioteca Nacional. 2002b. 1076p.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependências e afrodescendentes na América Latina. *Tempo Social*, São Paulo, v.2, p. 123 – 145, Nov.2012.

DUBY, Georges. *Economia Rural e vida no campo no Ocidente Medieval*. Lisboa, Edições 70. 1962

DUSSEL, Enrique. *El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz, UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Plural Editores. 1994.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Global. 2007.313p.

GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs.XVII-XIX). *Topoi*, Rio de Janeiro, v.13,p.379-423, dez.2006.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*. Rio de Janeiro, n.1, p. 7-39, Abr. 1997.

HARRIS, Marvis. *Town and country in Brazil*. Nova York, Columbia University. 1956.

MACEDO, Sérgio Diogo Teixeira de. *Crônica do negro no Brasil*. Rio de Janeiro, Record. 1974. 134p.

MALDONALDO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. *El giro de- colonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar. 2007. p. 127-167.

MEDEIROS, Anna Julia Giurizatto. (2009), *Aculturação no Brasil: conhecimentos colonizados*. Disponível em: <http://www.aacademica.org/000-062/1200>. Acesso em 29.01.2019

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 94, p. 1–18. 2017.

PAIVA, Eduardo França. Trabalho, fortuna e mobilidade de negros, crioulos e mestiços no Brasil do século XVIII. *Portuguese Literary & Cultural Studies*. Dartmouth, n.23/24, p. 27-54. 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, C. L. DE C. S. (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, p. 117-142. 2005.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and modernity/rationality. *Cultural studies*, Routledge, n.21, p. 168 -178. 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. Nas redes do poder. In: _____. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro, Graal, 1979. p. 91-140.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. COMPLEXIDADE RACIAL: mitos e realidades em duas freguesias de Salvador em 1775. *Caderno CRH*, Salvador, , n.55, p.163-172, jan./abr. 2009.